

Uma geopolítica para as águas continentais na Amazônia Ocidental

*Wendell Teles de Lima*¹

*Ana Maria Libório de Oliveira*²

*Iaticara Oliveria da Silva*³

*Cleuter Tenazor Tananta*⁴

*Hélio Costa*⁵

Resumo

O novo século que se adentra traz novas questões que começam a tornar-se emergente em função de sua concentração, distribuição e interesse econômico, constatação diretamente ligada a questões relacionadas as questões águas continentais superficiais no mundo e diretamente ligada a Amazônia, por ser uma região de grande concentração desse recurso, portanto, a problemática que será direcionada deve ser considerada a criação de uma geopolítica das águas na Amazônia Continental. Tem-se como objetivos analisar a origem de um poder geopolítico oriundo das águas, demonstrar e relacionar um poder geopolítico para as águas continentais na pesquisa bibliográfica e que servirá como base no desenvolvimento do artigo.

Palavras-chave: Amazônia, Geopolítica, Estratégia.

Una geopolítica para las aguas continentales en la Amazonía Occidental

Resumen

El nuevo siglo que se adentra trae nuevas cuestiones que empiezan a tornarse emergentes en función de su concentración, distribución e interés económico, constatación directamente ligada a cuestiones relacionadas con las cuestiones aguas continentales superficiais en el mundo y directamente ligada a la Amazonia, por ser una región de gran concentración de ese recurso, por lo tanto, la problemática que será dirigida debe ser considerada la creación de una geopolítica de las aguas en la Amazonia Continental. Se tiene como objetivos analizar el origen de un poder geopolítico oriundo de las aguas, demostrar y relacionar un poder geopolítico para las aguas continentales en la investigación bibliográfica y que servirá como base en el desarrollo del artículo.

Palabras clave: Amazonia, Geopolítica, Estrategia.

¹Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga . Universidade do Estado Amazonas (CSTB/UEA). Doutor em Geografia, wendelltelesdelima@gmail.com.

² Professora do Instituto Federal de Brasília . IFB. Mestre em Estudos Amazônicos, analiborio@gmail.com.

³Professora do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga . Universidade do Estado Amazonas CSTB/UEA), laticara@gmail.com.

⁴Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga . Universidade do Estado Amazonas CSTB/UEA. Mestre em Educação, ctenazor1@gmail.com.

⁵ Graduando em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB/UEA), helioseuamigo@gmail.com.

Introdução

O novo século que adentramos nos traz novas questões acerca das águas continentais superficiais envolvendo sua concentração, distribuição e interesses econômicos, especialmente na Amazônia por ser uma região de grande concentração desse recurso,

A área da Amazônia Ocidental ganha relevância nesse sentido por concentrar a maioria das grandes sub-bacias que formam a rede de drenagem do sistema amazônico não se limitando ao território nacional estendendo seus domínios até os países limítrofes.

Tendo em vista essa constatação, emerge a necessidade de análises geopolíticas das águas continentais, que tem sido chamada de hidropolítica. Para tanto, a estruturação do texto dá-se da seguinte forma, no primeiro momento em torno do debate da teoria de *Alfred Thayer Mahan*, criador da teoria do poder marítimo; no segundo momento uma reflexão sobre as águas superficiais continentais e a necessidade de uma geopolítica continental das águas para a Amazônia Ocidental e; ao final algumas considerações acerca da projeção de poder sobre as águas amazônicas.

Teorizando sobre um poder nas águas

A geopolítica dos mares tem seu marco moderno centrado nas atividades marítimas no século XIX, sendo seu mentor o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840 . 1914). Sua obra *A influência do Poder Marítimo na História* (1890) foi de grande relevância e ressonância mundial por demonstrar as pretensões imperialista dos Estados Unidos no mundo.

Conforme Mello (1997) a estratégia de Mahan era baseada no poder marítimo que tem como preocupação os elementos de constituição naturais, vontades políticas, portanto, políticas do Estado voltadas em direção aos mares, e ao mesmo tempo estímulo e relação da população e mares e atividades econômicas complementada pela atividade da marinha naval.

A preocupação de Mahan era os domínios dos mares e das rotas comerciais, e seu pensamento serviu de diretriz à expansão mundial norte-americana em

direção ao Atlântico e Pacífico. A missão civilizatória norte-americana era atrelada a política do destino manifesto e, ao mesmo tempo, a substituição natural da liderança da Inglaterra antiga potência. A nova ordem mundial seria alicerçada pelo domínio das porções líquidas do planeta liderada pelos Estados Unidos.

O início da hegemonia norte-americana ocorre a partir da projeção no mar das Caraíbas resultando na posse de inúmeras ilhas. Nessa região mediterrânea a intervenção foi direta, tendo a complacência e apoio de governos ditatoriais na América Central.

Dois frentes de atuação são estabelecidas, a primeira no Atlântico, tendo como ilhas o mar das Antilhas; a segunda ação ocorreria com o avanço pelos arquipélagos do Pacífico. O canal do Panamá, inaugurado em 1914, foi fundamental para a hegemonia americana para o controle dessas duas vertentes marítimas, ao mesmo tempo dando um poder de alcance de ação mundial: "O objetivo imediato de Mahan era consolidar a supremacia dos Estados Unidos no continente americano e no extremo-oriental e, a médio prazo, suceder a Inglaterra, como potência mundial" (MELLO, 1997, p.15).

A teoria *mahaniana* tinha como preocupação o domínio dos oceanos e das rotas econômicas para dar corpo à hegemonia norte-americana, e sua fonte de inspiração era o império inglês do qual considerava os Estados Unidos como herdeiro; portanto, o destino manifesto era algo que a própria geografia estabelecia ao território *ianque* como trampolim para a liderança incontestável no mundo pelos americanos:

A conformação física do território condicionava, em larga medida, o desenvolvimento em seus habitantes de uma vocação marítima ou terrestre. O país deveria possuir costas extensas e mar profundos, numerosos e bem situados geograficamente. (MELLO, 1997, p.16).

A estratégia do poder marítimo tendo em vista a ação de abrangência das porções líquidas existentes na Terra remetem à Antiguidade. Tem-se a ação do império grego que era condicionado pela manutenção das condicionantes marítimas, caso da vitória contra as forças persas. Portugal e Holanda, seguidos da Inglaterra, tiveram como condições geográficas a maritimidade ao seu favor. As porções

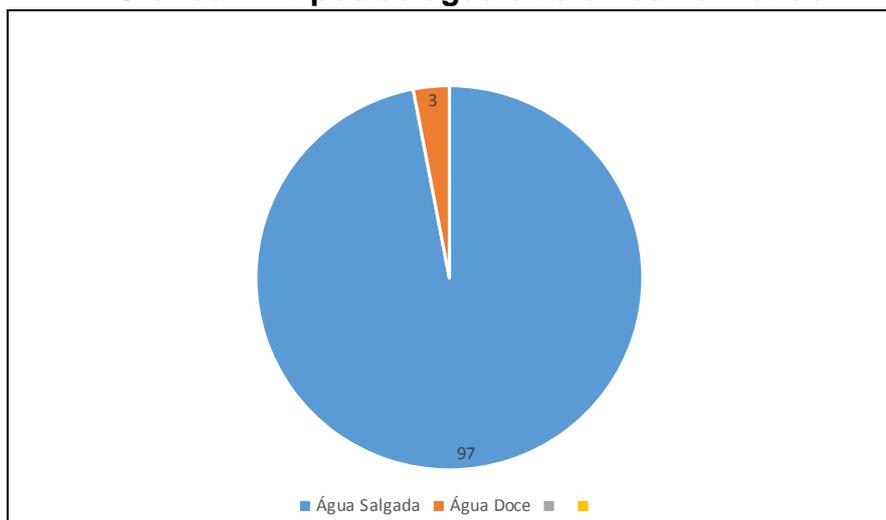
líquidas, e em particular as grandes bacias oceânicas, foram elementos estratégicos para a consolidação hegemônica desses impérios.

Pensando em uma geopolítica das águas continentais

De acordo com Pinto (2017), apenas recentemente as questões das águas doces passaram a ser tema emergente na geopolítica mundial em função de sua escassez e mercantilização. De acordo com Barlow e Clarke (2003) *apud* Pinto (2017, p.21), questões geopolíticas e geoestratégias em função da distribuição de recursos hídricos ocorrem no Oriente Médio entre os países que compõem essa região. Em específico no contexto do conflito Árabe-Israelense entre Síria e Israel, por exemplo, as questões hidropolíticas afloram em função do controle das nascentes das Colinas de Golã, e entre Israel e Palestina na já bíblica disputa pela perfuração de portos artesianos. Esses casos são os mais conhecidos mas não os únicos, demonstrando que problemas de cunho internacional emergem não apenas do uso compartilhado de grandes bacias hidrográficas.

O domínio por territórios e seus recursos hídricos é um fator fundamental para que qualquer sociedade possa garantir a sua sobrevivência e desenvolvimento, e que tem gerado muitas guerras desde milhares de anos antes da Era Comum até os dias de hoje.

Uma guerra pelas águas continentais é prevista a intensificar-se neste Século XXI+ (PINTO, 2017, p.24), pois conforme Ribeiro (2008), as águas doces representam uma ínfima fração das águas existentes no planeta (Ver Gráfico 1), explicando o acirramento dos conflitos internacionais e domésticos por seu uso.

Gráfico 1 - Tipos de água existentes no mundo

Fonte: Ribeiro, 2008, p.25-29.

Ribeiro (2008) ao tratar especificamente da distribuição da água no planeta, afirma que 71% da água doce é de difícil extração porque está em geleiras, 18% em águas subterrâneas, 4% na forma de umidade do ar e apenas 7% em rios. Conforme o autor, o consumo ou sua utilização ocorre na seguinte forma: 8% é destinada para os domicílios, 70% da água consumida no mundo são utilizadas na agricultura e 22% nas indústrias (RIBEIRO, 2008, p.25-29).

Sua utilização aparece como estratégica para os Estados através da geração de energia, irrigação, turismo e via de acessos, servindo como via de integração nos territórios. Segundo Dias (2014, p.67), as atividades econômicas nas regiões mais ricas tendem a aumentar a escassez de água e os problemas relacionados ao uso desse bem. As regiões com problemas de escassez de água tendem a intensificar em todo mundo, aumentando a pressão sobre os já escassos recursos existentes:

Irá surgir um novo modelo geopolítico no mapa mundial? Os países ricos em águas como Brasil, Canadá e Rússia, estão sob os olhares das grandes potências que já começaram a se posicionar estrategicamente para garantir o acesso às fontes de água. Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina estão em cima do Aquífero Guarani, o maior reservatório de água subterrânea do mundo. (PINTO, 2008, p. 24).

No caso amazônico o *Aquífero Alter do Chão* é de menor extensão se comparado ao Aquífero Guarani, entretanto, ele é mais profundo e, em razão disto, sua quantidade de água é maior, bem como sua localização é restrita ao território brasileiro. Os aquíferos têm uma quantidade de água de uso reduzido e devem ser utilizados de forma racional, entretanto, são estratégicos e re(valorizados) já que a escassez de água tende a intensificar-se no mundo.

Ao pensar em Amazônia as águas adquirem uma dimensão macro em função da grande extensão da bacia hidrográficas amazônicas. A grande quantidade de rios existentes e suas profundidades variáveis permitem a navegabilidade em boa parte de suas extensões.

A necessidade de uma geopolítica das águas continentais: o caso amazônico

Becker (2005) aponta que a tecnologia de satélite permitiu ao homem analisar a Terra em conjunto, ao mesmo tempo desenvolve-se a noção de que os recursos naturais ocorrem de forma localizada em algumas partes do planeta. Um ponto importante para consideração é o *déficit* de recursos naturais como a água para o desenvolvimento das atividades econômicas, realçando muitas vezes distintas pretensões geopolíticas dos países.

Martin *apud* Albuquerque (2014) destaca a preocupação de que as nações do mundo meridional diante dos países centrais ou países do Norte, que constituem diferenciações importantes em torno dos recursos estratégicos no mundo, traduzidas numa assimetria de poder de recursos que podem ser usados de forma potencial. O Brasil aparece como um ator importante nesse cenário internacional em função da grande quantidade de recursos existentes na Amazônia.

A necessidade de pensar esta questão de forma geopolítica e geoestratégia é um elemento ainda deficitário em nosso país, tendo em vista que ainda não ocorreu a devida preocupação do Estado brasileiro. O mais próximo disso é a institucionalização da Amazônia Azul que objetiva um conjunto de estratégias brasileiras em sua plataforma continental e, ao mesmo tempo, uma preocupação quanto aos recursos existentes no mar (em especial no Pré-Sal).

Na Amazônia continental o máximo que se tem é uma preocupação com a entrada e saída de embarcações, no policiamento nos rios coibindo o narcotráfico. Entretanto, há necessidade de se pensar a problemática da água que se faz

presente sobretudo na porção mais ocidentalizada da Amazônica, que concentra a grande quantidade de rios de grandes extensões.

Para Becker (2005, p. 177), é o que ocorre com a inserção da Amazônia na geopolítica da água. A região não se enquadra nos indicadores catastróficos da escassez de água e ocorre o risco de ser submetida a políticas baseadas na visão global do apocalipse. A autora geopolítica reconhece que a problemática da água na região não é em função da sua abundância, mas em termos de acesso e de sua distribuição e potabilidade, em quase todas as cidades amazônicas⁶.

Manhan *apud* Mello (1997) soube reconhecer a importância dos oceanos para a atividade econômica, a relação da importância do envolvimento da população nas atividades marítimas e ao mesmo a integração com o poder continental. As políticas do Estado brasileiro ainda não conseguiram fazer essa integração entre continente e águas e nem pensar em um projeto geopolítico.

Travassos (1935) em sua *Projeção Continental do Brasil* reconheceu a importância das bacias hidrográficas e controle e poder de decisão que elas têm como estratégia geopolítica no continente sul-americano e, ainda, foi além, pensou de forma integrativa as bacias oceânicas e bacias interiores do continente.

O papel da Bacia Amazônica para Travassos (1935) era importante no domínio geopolítico da América do Sul. O Brasil tinha pleno domínio na bacia amazônica, diferente do campo de relações de forças existentes na bacia platina onde o controle era argentino.

Raffestin (1993) traz uma reflexão importante para todo este debate diferenciando matéria e recurso. Para este teórico, matéria ou substância é um dado preexistente a toda ação humana, a transformação desse elemento através do trabalho, ou seja, sua modificação, depende das intenções, portanto, da atribuição que a sociedade lhe confere resultando em recurso.

Lima *et al* (2014) reconhecem a importância dos recursos existentes no território tendo em vista a potencialidade dos mesmos que se transforma em recursos geopolíticos quando valorizados pelo Estado e grupos organizados. Nessa perspectiva, as águas continentais amazônicas não são consideradas ainda um

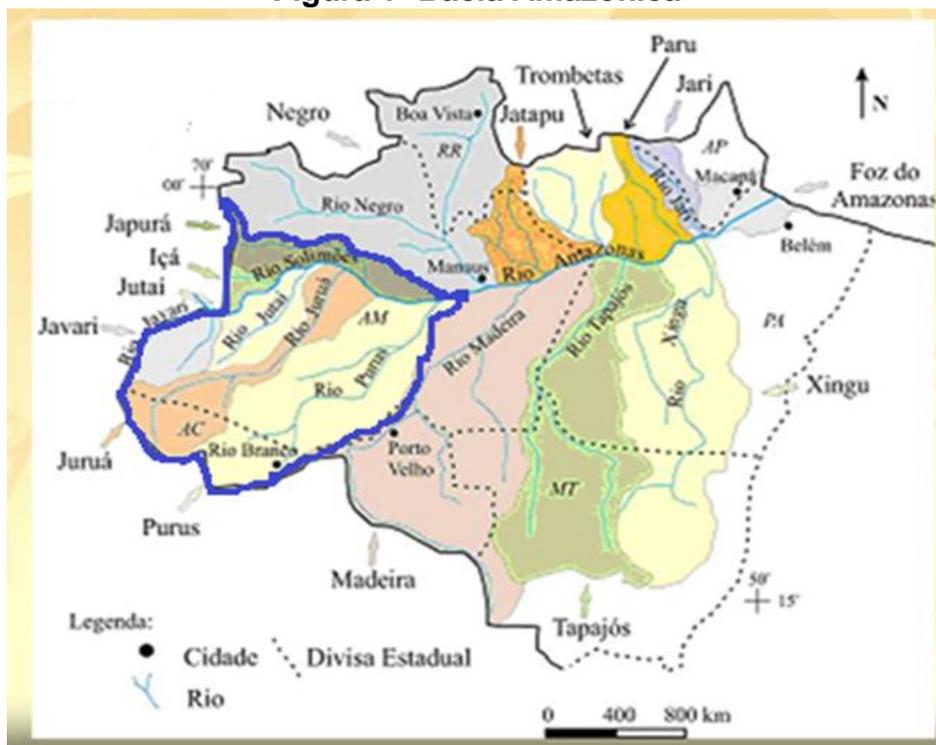
⁶ Sobre as normas brasileiras na utilização dos recursos hídricos, tem-se como entidade reguladora a Agência Nacional de Águas (ANA).

recurso em si, tendo em vista que são apenas elo para a exploração de outros recursos existentes na região.

Advoga-se nessa reflexão que somente um projeto geopolítico autônomo poderá trazer à discussão a valorização das águas continentais superficiais amazônicas, compreendidas por Raffestin (1993) e Lima *et al* (2014) como recursos vitais, ou seja, como um elemento geopolítico que necessita de uma política direcionada do Estado, tendo em consideração o campo de forças existentes no cenário internacional.

A Figura 1 demonstra as sub-bacias que formam a bacia amazônica no território brasileiro em sua parte ocidental. Observa-se que existem 8 sub-bacias que compõem a região, portanto, corresponde a grande totalidade da bacia hidrográfica a grande região geográfica abrangida pelo rio Amazonas.

Figura 1- Bacia Amazônica



Fonte: slideplaye.

Na constituição desse mosaico de sub-bacias tem-se a área mais preservada da Amazônia ou menos devastada. Becker denomina essa região de o novo *Heratland* sul-americano. Conforme Becker (2005) essa região necessita de política especiais diferenciadas em função da potencialização da configuração geográfica

existente no território, tendo em vista sua transformação em recurso pelo viés geopolítico através da ação dada pelo Estado e atores territoriais internos e externos.

Além de se pensar a região como uma área de manobra geopolítica é necessário compreender o contexto internacional em que a mesma está inserida. Em termos de bacia de drenagem a questão internacional deve ser pensada, pois a Figura 2 ressalta o contexto continental.

Figura 2 É Sub-bacias Internacionais da Amazônia



Fonte: *aguasamazonicas*.

As bacias hidrográficas *Caquetá*, *Napo*, *Marahón*, *Ucayali* são bacias que não pertencem ao território brasileiro, no entanto, são partes componentes desse grande sistema de drenagem que devem ser levadas em consideração em um projeto geopolítico macro. Mattos (2002) evoca o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) como algo fundamental na mediação de forças no jogo geopolítico para a liderança brasileira no sistema amazônico.

Apesar da importância do TCA ainda existe a necessidade de uma geoestratégia conjunta liderada pelo Brasil que, não deve ser pensada sem os países que compõem essa bacia, tendo em vista que neles estão contidos a maioria das nascentes dos grandes rios amazônicos que percorrem o território brasileiro até

o Atlântico. Assim, essa concentração das grandes bacias na parte ocidental e a própria questão geopolítica mundial revalorizam a importância do deslocamento do *Heartland* continental à parte mais ocidental da Amazônia.

Considerações finais

As mudanças recentes nas relações de poder mundial incluem a superexploração de recursos hídricos e sua distribuição desigual e esgotamento nos países centrais resultam em dissimetrias mundiais.

Na configuração dos recursos hídricos temos a presença de grande quantidade de recursos em países periféricos, onde a água aparece como elemento central em torno dessa discussão em virtude da importância econômica para o mundo moderno.

O domínio desses recursos já repercute em torno de guerras como nos países do Oriente Médio e, ao mesmo tempo, passa a ser preocupação mundial em função de sua escassez. Nesse escopo, a Amazônia aparece como região estratégica pela quantidade de sub-bacias existentes que compõem a bacia amazônica.

Nesse sentido, a necessidade de uma geopolítica de águas continentais superficiais faz-se presente em função de ser um recurso abundante centrado em uma porção territorial que abarca a maior concentração de rios do mundo, as cabeceiras de alguns dos maiores rios do mundo e extensas vias navegáveis em grande parte de seus cursos.

A proeminência dessa questão emerge em função de que uma maior preocupação geopolítica e um planejamento de Estado nessa região do novo *Heartland* sul-americano ainda não existe, podendo mesmo estar ameaçada por interesses externos a medida em que cresce a problemática geopolítica da água no mundo e que reflete diretamente no coração do continente amazônico.

Referências

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin**. *Revista de Geopolítica*, vol. 5, no. 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. *Estudos Avançados*. vol.19, no.53 São Paulo, jan./apr. 2005.
- BARLOW, M; CLARKE, T. **Ouro azul: Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta**. São Paulo: M. Books, 2003.
- DIAS, G. F. **Mudança climática e você: cenários, desafios, governança, oportunidades, cinismo e maluquices**. São Paulo: Gaia, 2014.
- LIMA, Wendell Teles; FRAGA, Nilson César; OLIVEIRA, Ana Maria Libório; SILVA, Iatçara Oliveira. **Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia**. *Revista de Geopolítica*, vol. 5, no. 2, p. 97-108, jul./dez. 2014.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- PINTO, Elis. **Geopolítica da água**. *Revista de Geopolítica*, vol. 8, no. 1, p. 19-32, jan./jun. 2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.
- TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Recebido em 10.10.2017.
Publicado em 09.01.2018.